

interpretações sobre os acontecimentos que marcaram a sua própria vida, torna-se bem mais complexa a análise dos conteúdos da dominação nela descritos. Não sendo o discurso compartimentado em categorias, submetido a isotopias ou a outras técnicas próprias da análise de conteúdo usadas pela sociologia, fica aberto todo um leque de abordagens.

A determinado momento da narração podemos ter a sensação de estarmos perante uma história de amor, obnubilando todos os outros aspectos de violência e dominação, bem como toda a tragédia inerente à impossibilidade de contraditar uma ordem, como a de «nunca sair de casa» para não ser alvo de olhares, imposta pelo padrão/amante. A complexidade do método biográfico está precisamente aqui: a memória não reconstrói *como era*, mas *fruto do que já foi*. A inteligência de deixar a interpretação em aberto é, neste caso, um sensato convite para a interacção entre as mais diversas contribuições, nomeadamente o cruzamento da história com a antropologia e a sociologia.

INÊS PAULO BRASÃO

*Francesco Raniolo, I partiti conservatori in Europa occidentale*, Bolonha, Il Mulino, 2000.

914 O estudo dos partidos europeus, ao contrário do estudo de outras fa-

mílias políticas (como, por exemplo, os Verdes ou os partidos de extrema-direita), deixou de lado a comparação dos partidos conservadores, frequentemente considerados muito heterogéneos e com diferenças muito marcadas entre eles a nível europeu. Tentar traçar um perfil de conjunto é o primeiro esforço do autor, que resume as diferentes experiências históricas através da classificação dos partidos moderados de direita segundo um critério sistémico-competitivo e um critério histórico-ideológico, distinguindo entre partidos confessionais, agrários, liberais e conservadores. Esta última família partidária é o principal objecto da obra de Francesco Raniolo, que constitui uma reelaboração da sua dissertação de doutoramento.

O livro parte da observação empírica do consenso neoconservador que se verificou na Europa a partir dos anos 80 até meados dos anos 90, paralelamente ao declínio dos partidos confessionais que dominaram os partidos de centro-direita desde a segunda guerra mundial, procurando interpretar esta vaga através das transformações ocorridas nos partidos conservadores ao longo da segunda metade do século XX. Após o sucesso eleitoral obtido por vários partidos ou coligações de centro-esquerda na Europa dos anos 90, as últimas eleições na maioria dos países ocidentais demonstraram a vitalidade e importância dos partidos moderados de direita, desmentindo a hipótese do fim do paradigma conservador. Neste sentido, o livro

avança pistas para interpretar o actual sucesso dos governos de centro-direita, maioritários na configuração actual dos sistemas políticos europeus, podendo, todavia, ser útil também para analisar a evolução de outras famílias partidárias.

Nos primeiros dois capítulos são introduzidas e elaboradas as questões teóricas para a análise dos partidos conservadores, considerando não apenas a literatura sobre partidos, mas também algumas teorias sociológicas sobre as transformações das sociedades contemporâneas. Os pressupostos da análise evidenciam dois aspectos fundamentais para o estudo dos partidos. A primeira consideração é relativa ao dilema dos partidos entre duas lógicas diferentes — a lógica da ideologia e a lógica da competição: as transformações e as mudanças experimentadas pelos partidos devem ser vistas como uma oscilação entre competição e identidade. O segundo aspecto fundamental é considerar a acção dos partidos orientada por diferentes objectivos, entre os quais se estabelecem prioridades nos diferentes períodos históricos. As mudanças dos partidos têm como objectivo principal restabelecer uma congruência entre organização e ambiente externo a fim de garantir a eficácia organizativa e ter a capacidade para conseguir equilibrar os diferentes objectivos institucionais.

A evolução dos partidos conservadores é analisada através de três dimensões principais: as características organizativas e a evolução dos seus membros, os resultados

eleitorais e a participação institucional. A primeira variável segue as linhas traçadas por Panebianco em relação ao «modelo originário» e à sua consolidação nos respectivos sistemas políticos, mas afasta-se, ao mesmo tempo, desta teoria por considerar os aspectos culturais ou simbólicos das organizações partidárias. A caracterização das estruturas organizativas dos partidos conservadores é feita através de um critério cronológico, distinguindo os partidos conservadores históricos dos partidos neoconservadores (caso das democracias mais recentes da Europa do Sul). No primeiro caso, ressalta-se a autonomia do partido parlamentar relativamente ao partido-aparelho e a capacidade de penetração social (quer como intensidade, quer como extensividade organizativas); no segundo caso, destaca-se o papel dos partidos conservadores para a consolidação democrática e a transformação das principais características organizativas, como, por exemplo, a afirmação de uma liderança carismática e um processo de institucionalização baseado na importância da competição eleitoral e na orientação pragmática. Neste capítulo, uma particular atenção é dada ao partido *Forza Italia*, que apresenta os traços característicos de um novo partido, o partido pessoal de massas, com uma estrutura ainda dependente do próprio líder, apesar das várias tentativas para alcançar uma institucionalização organizacional.

A análise da evolução dos números de inscritos nos partidos conser-

vadores também parece confirmar a tese segundo a qual as transformações organizativas foram fundamentais para determinar o «contágio da direita» (p. 204) que se verificou a partir da década de 80 em relação aos modelos e às estruturas das organizações partidárias. Apesar da evolução articulada que caracteriza o quadro europeu, a família dos partidos conservadores é a única que regista um aumento do nível de membros em relação aos eleitorados nacionais. Neste sentido, a evolução da *membership* dos partidos conservadores parece desmentir a tese do declínio dos partidos, pelo menos no que diz respeito à tendência dos inscritos. Em relação à transformação dos «tipos de partido», porém, parece emergir uma evolução em direcção a um «novo partido de quadros», ou a um «partido eleitoral-profissional», baseado numa estrutura orientada e centralizada para ganhar as eleições.

A segunda variável analisada é relativa aos resultados eleitorais dos partidos de centro-direita na segunda metade do século xx. O panorama global evidencia a maior importância dos partidos confessionais e conservadores dentro do panorama dos partidos de centro-direita: os primeiros tiveram de lidar com uma crise cada vez mais evidente, que se tornou manifesta a partir dos anos 80, enquanto os segundos, embora apresentando um leque muito amplo de casos nacionais, tiveram de lidar com o «dilema conservador», isto é, levar a cabo uma estratégia de maxi-

mização de votos sem, ao mesmo tempo, pôr em discussão as características ideológicas do partido. Em geral, na óptica do autor, a explicação do declínio dos partidos confessionais tem origem na sua incapacidade para lidarem com as transformações do ambiente externo (sócio-cultural e político institucional) no sentido da adaptação ou controlo. Neste sentido, uma variável interveniente determinante para compreender as diferenças que se registam nos sistemas políticos são os sistemas eleitorais, embora esta componente não seja suficientemente explorada, comparando, por exemplo, as democracias com sistemas maioritários e com sistemas proporcionais. O dado interessante é, contudo, a «idiosincrasia partidária» entre partidos confessionais e partidos conservadores: a diminuição dos votos obtidos pelos primeiros, que corresponde a um crescente sucesso da outra família partidária, reflecte a incapacidade de resolver o problema da adaptação/controlo, abrindo o espaço para uma nova forma de competição entre partidos conservadores e partidos de extrema-direita. Neste sentido, os diferentes êxitos eleitorais prospectam um novo desafio para os partidos de centro-direita, contrariando as previsões da afirmação de uma política de cartel, segundo a qual os partidos tradicionais procuram limitar a participação dos outros partidos e tentam reproduzir alianças de governo que excluem as forças mais radicais.

A última dimensão considerada é a participação institucional dos parti-

dos conservadores: retomando o quadro teórico utilizado para o estudo do *party government*, são analisadas a duração dos governos, a composição, a orientação ideológica e a atribuição dos cargos ministeriais. A nível geral, a participação governamental dos partidos conservadores caracteriza-se pelo facto de privilegiarem governos de direita ou centro-direita e tendencialmente monopartidários: neste caso, Portugal insere-se nos países, juntamente com a Grã-Bretanha, a Irlanda e a Grécia, com a mais elevada presença de governos conservadores (maioritários ou minoritários). Pelo contrário, os partidos da democracia cristã, que lideraram as famílias de centro-direita em termos de presença nos governos nacionais, tendem a privilegiar governos de coligação, nomeadamente nas democracias consensuais da Europa continental. Esta distinção, porém, não se reflecte na atribuição dos cargos ministeriais, pois é preciso considerar não apenas a posição do partido que controla a coligação (ou o governo), mas também o potencial de chantagem dos outros partidos.

A tendência para uma diminuição dos partidos conservadores em relação ao poder de nomeação é compensada pelo facto de privilegiarem determinados lugares, em particular as áreas relativas à *law and order* (defesa, administração interna, justiça, por exemplo). O autor apresenta, finalmente, uma tipologia para classificar o papel político-institucional dos diferentes partidos de centro-direita através de dois critérios: a presença no governo e a dimensão par-

lamentar. Deste ponto de vista, as forças políticas com maior sucesso eleitoral podem distinguir-se entre os partidos neoconservadores (entre os quais figura o PSD e outros partidos moderados da Europa do Sul) e os partidos conservadores de governo (ou dominantes), como o RPR francês e os conservadores britânicos. Pelo contrário, os partidos com uma limitada dimensão eleitoral distinguem-se entre os partidos conservadores de oposição, que incluem os partidos dos países escandinavos, e os partidos liberais-conservadores que apresentam uma maior presença governamental apesar dos fracos resultados eleitorais (caso dos partidos de centro-direita da Bélgica, Holanda e Dinamarca).

Na parte final do livro, o autor procura explicar o sucesso da família dos partidos conservadores a partir dos anos 80, quer a nível interbloco (esquerda/direita), quer a nível intrabloco. Uma primeira hipótese considerada é a da transformação do ambiente externo na variante das alterações sócio-económicas ou na variante da alteração da estrutura das clivagens. Por outro lado, a segunda hipótese confronta-se com a tese «voluntarista» ou estratégica, segundo a qual os partidos conservadores gozam de uma vantagem competitiva quando conseguem adaptar ideologia, orientação das políticas públicas e aspectos organizativos. Segundo o autor, o sucesso dos partidos conservadores, pelo menos a médio prazo, reside na capacidade de conciliarem a lógica da competição com a lógica da ideologia, capacidade esta

que tem origem na preferência dos partidos conservadores por adoptarem uma lógica eleitoral extensiva, mais do que intensiva (é por essa razão que se refere a estes partidos também como «generalistas»), e privilegiarem a competição em detrimento do paradigma ideológico.

Por outro lado, as transformações organizativas dos partidos conservadores, evidenciando aspectos típicos do partido de cartel e do partido eleitoral-profissional, mas também do novo partido de quadros, constituíram um trunfo para a penetração nas estruturas do Estado e para a gestão dos recursos estratégicos. Os recentes desenvolvimentos eleitorais demonstraram não apenas a isomorfização da competição entre direita e esquerda, mas também a capacidade de resistência do «consenso conservador» e dos partidos conservadores como os principais partidos de governo, embora se apresentem novos desafios, como o dilema entre privilégios e legitimidade ou entre eficácia e responsabilidade.

MARCO LISI

*José Barreto, Religião e Sociedade. Dois Ensaios*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais (col. «Análise Social»), 2002, 175 páginas.

918 O livro é composto por dois ensaios, cujo denominador comum é,

segundo o autor, o seu «interesse pelo tema das relações entre religião, sociedade e política». O primeiro trata de Fátima e de «uma religiosidade de matriz popular, moldada pela intervenção reguladora e integradora da Igreja institucional, inscrevendo-se num movimento contrário ao da secularização da época contemporânea», fenómeno, em Portugal, ligado à génese e consolidação do Estado Novo (EN). O segundo, ligado à decadência e queda do regime ditatorial, trata do «militantismo cristão de intervenção protagonizado por elites que se interrogam sobre o papel da Igreja na sociedade». Mas, além do hiato cronológico e temático, a diferença entre os dois ensaios é maior, sendo tentada a dizer que, se o segundo estudo é de facto um ensaio com um carácter historiográfico, embora esteja presente a abordagem sociológica, o primeiro é sobretudo um exame do estado da questão bibliográfica e das fontes, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

Veja-se mais detalhadamente. No primeiro texto, intitulado «Aparições», composto de capítulos que podem ser lidos separadamente, o autor começa por analisar as razões por que os historiadores e cientistas sociais se têm mantido alheados dos temas fatímicos, chegando a uma conclusão aparentemente contraditória: a de que a abordagem não confessional poderá ter sido desencorajada, precisamente, por um «desanuviamiento entre os campos católico e laico», depois do fim da clivagem anteriormente existente entre, por